



Anais da Assembléia

Nº 78

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 04 DE JUNHO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO
1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG
2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA
1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO
2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA
3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE
4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN	Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL	Deputado ANTONIO COSTENARO NETO
PDT	Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT	Deputado ERNANI PUDELL
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST	Deputado GERALDO CARTÁRIO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelfino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - José Durval Mattos do Amaral - Cleiton Kliese Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antonio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Ormário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - • José Tadeu Lúcio Machado - **Suplentes:** José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emani Pudell - Forisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perdes de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado; Djalma de Almeida Cesar - Secretário de Estado; José Afonso Júnior - Secretário de Estado - (*) **SUPLENTE** no exercício do mandato de Deputado. (04/92)

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 55.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 04 DE JUNHO DE 1992
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Oswaldo Trevisan.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Aníbal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Antonio Anibelli, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duffio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix e Toti Colaço (42). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Albino Corazza, Alceu Swarowski, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Rafael Greca de Macedo e Rossoni (12).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE - (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Aníbal Khury)

O SR. 1º SECRETARIO - Procede a leitura do seguinte.

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFICIO

Sob o nº 137/92-DPR, do Senhor Sabino Campos, Diretor Presidente da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná, encaminhando documento referente a Prestação de Contas daquela Companhia, do exercício encerrado em 31 de dezembro de 1991. Ao Conhecimento da Casa.

OFICIO Nº 149/92

Senhor Presidente.

Sirvo-me do presente para justificar minha ausência aos trabalhos parlamentares neste dia 04 de junho, tendo em vista compromissos a serem cumpridos na Região Noroeste do Estado para acompanhar o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Roberto Requião que para verificar os problemas daqueles municípios estará no presente dia, mais precisamente, neste 4 de junho em visita a região.

Sendo só o que se me oferece no momento, permita-me, ao ensejo, agradecer a atenção a Vossa Excelência.

Sala das Sessões, em 04.06.92.

(a) ARLINDO TROIAN

OFICIO Nº SPB.1303/92

Senhor Presidente.

Venho através do presente, justificar a minha ausência na Sessão Ordinária do dia 04.06.92, por compromissos inadiáveis em minha região.

Sem mais, renovo meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 04.06.92.

(a) ROSSONI

MINISTÉRIO PÚBLICO
PARANÁ

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO
GABINETE

MENSAGEM/PGJ/Nº 001

Senhor Presidente.

Nos termos do artigo 127, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 65 e 114, § 2º, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Douta Assembléia Legislativa o incluso anteprojeto de lei, que visa estabelecer a nova política de vencimentos dos membros do Ministério Público do Estado do Paraná.

Como é sabido, a remuneração dos membros do Ministério Público Estadual é regulada, atualmente, pela Lei Estadual nº 9.048, de 04 de julho de 1989, que estabeleceu certa vinculação com a retribuição prestada pela União Federal aos Senhores Ministros do Egrégio Supremo Tribunal Federal.

A referida lei de natureza emergencial, atendeu as prementes necessidades dos Promotores e Procuradores de Justiça do Paraná, estando atualmente "sub-judice", eis que o Governo do Estado houve por bem argüir a sua inconstitucionalidade.

Decorre daí, ante a expectativa de um pronunciamento do Excelso Pretório, a urgência em se estabelecer uma política de vencimentos própria, desvinculada de tribunais federais.

Justifica-se assim, Senhor Presidente,

a preocupação desta Procuradoria Geral de Justiça em encontrar uma fórmula que viesse atender as necessidades e reivindicações do Ministério Público, mediante prévio entendimento com o Senhor Governador do Estado.

O anteprojeto em tela, no artigo 1º, estabelece os vencimentos básicos do Procurador Geral de Justiça em quantum que não é excessivo, mantendo no artigo 2º a verba de representação dos membros do Ministério Público, e prevendo, no artigo 3º, à luz da Carta Política Estadual, que os vencimentos não poderão exceder os do Procurador Geral da República (artigo 118, inciso I, "f").

O artigo 4º dispõe que os vencimentos fixados no artigo 1º serão revistos nas mesmas datas dos reajustes dos servidores públicos estaduais.

Por outro lado, o artigo 5º dispõe sobre a vedação de toda e qualquer vinculação ao vencimento ou à remuneração aqui estabelecida, em observância aos comandos insertos nos artigos 37, XIII, da Constituição Federal, e 27, XIII, da Constituição Estadual.

A fonte de custeio está disciplinada no artigo 6º.

Por derradeiro, o artigo 7º revoga, expressamente, a Lei nº 9.048/89, ora em discepção na Corte Suprema.

Como se vê, é premente que a Douta Assembléia examine e aprove o proposto, que porá um ponto final na expectativa gerada pela propositura de Ação Direta de Inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal, pelo Governo do Estado do Paraná.

Solicito a Vossa Excelência, Senhor Presidente, que seja estabelecido Regime de Urgência e, se possível, urgência urgentíssima, para a tramitação, mesmo porque os efeitos financeiros passam a vigor em 1º de junho e se aproxima o período de recesso desse Colegiado.

Na certeza de merecer de Vossa Excelência, como sempre, a atenção e o apoio, reitero-lhe as expressões de meu elevado apreço e distingüida consideração.

(a) LUIZ CARLOS DELAZARI
Procurador Geral de Justiça

ANTEPROJETO DE LEI

Dispõe sobre os vencimentos dos Membros do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências.

Art.1º - Os vencimentos básicos do Procurador-Geral de Justiça, a partir de 1º de junho de 1992, são fixados em Cr\$ 4.300.000,00 (quatro milhões e trezentos mil cruzeiros) mensais.

Art.2º - A verba de representação mensal dos membros do Ministério Público con-

tinua a corresponder ao percentual estabelecido pela Lei nº 8.089, de 05 de junho de 1985.

Art.3º - A remuneração dos membros do Ministério Público não poderá exceder, a qualquer título, a do Procurador-Geral da República.

Art.4º - Os vencimentos estabelecidos no artigo primeiro serão revistos nas mesmas datas dos reajustes dos servidores públicos estaduais.

Art.5º - Fica vedada toda e qualquer vinculação aos vencimentos ou à remuneração dos membros do Ministério Público.

Art.6º - As despesas resultantes da execução desta Lei correrão à conta das dotações consignadas no orçamento do Estado.

Art.7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei nº 9.048, de 04 de julho de 1989 e demais disposições em contrário.

OFÍCIO Nº 923/92

Senhor Presidente.

Tendo em vista o encaminhamento, pelo Poder Judiciário, de Projeto de Lei fixando os novos vencimentos da Magistratura do Paraná, talvez fosse desnecessário o envio deste. É que os Conselheiros do Tribunal de Contas têm os mesmos vencimentos e vantagens dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, conforme estabelecido no art.77, § 3º da Constituição do Estado, em decorrência do que dispõe a Constituição Federal.

Acontece, todavia, que a administração pública deve obedecer, entre outros princípios, o da publicidade (CE, art.27, CF, art.37), ser a mais transparente possível. Daí a iniciativa de submeter à alta consideração dessa Augusta Assembléia Legislativa, este anteprojeto de lei.

Encareço a Vossa Excelência, Senhor Presidente, que seja estabelecido Regime de Urgência e, se possível, urgência urgentíssima, para tramitação, mesmo porque os efeitos financeiros passam a vigor de 1º de junho e se aproxima o período de recesso desse Colegiado.

Na certeza de merecer de Vossa Excelência, como sempre, a atenção e o apoio, reitero as expressões do meu maior apreço.

Sala das Sessões, em 04.06.92.

(a) RAFAEL IATAURO
Presidente

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O vencimento básico dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, a partir de 01 de junho de 1.992, é fixado em Cr\$ 4.300.000,00 (quatro milhões e trezentos mil cruzeiros) mensais.

§ 1º - A verba de representação mensal dos Conselheiros continua a corresponder ao percentual estabelecido pela Lei nº

8.089/85.

§ 2º - A remuneração dos Conselheiros não poderá exceder, a qualquer título, a dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Art. 2º - Os vencimentos estabelecidos no artigo anterior serão revistos nas mesmas datas dos reajustes dos servidores públicos estaduais.

Art. 3º - Fica vedada toda e qualquer vinculação ao vencimento ou à remuneração dos Conselheiros.

Art. 4º - As despesas resultantes da execução desta Lei correrão à conta das dotações consignadas no orçamento do Estado.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei nº 9.048, de 04 de julho de 1.989 e demais disposições em contrário.

Of. nº 924/92

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para a alta apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei fixando o vencimento básico do cargo de Procurador Geral junto a este Tribunal, bem como disciplinando a substituição de Procuradores.

Como se pretende fixar os novos níveis de vencimento da Magistratura, do Ministério Público e dos membros deste Tribunal de Contas, necessário se faz, também, estabelecer o novo vencimento do Procurador Geral desta Casa.

Por outro lado, a ausência de titular do cargo de Procurador junto ao Tribunal de Contas, por qualquer motivo legal, tem ocasionado sérios transtornos no encaminhamento de processos. A média mensal de entrada de processos, neste Tribunal, tem sido muito alta, girando em torno de 2.850. Ora, como nenhum deles pode ser apreciado pelo Plenário sem o parecer da douta Procuradoria, Vossa Excelência bem pode imaginar a sobrecarga de serviços que isso acarreta e os prejuízos à administração pública em geral.

Assim, certo de contar, mais uma vez, com a proverbial atenção de Vossa Excelência, apresento meus mais escolhidos agradecimentos.

(a) RAFAEL IATAURO
Presidente

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O vencimento básico do Procurador Geral de Contas, a partir de 01 de junho de 1.992, é fixado em Cr\$ 4.300.000,00 (quatro milhões e trezentos mil cruzeiros) mensais.

Parágrafo Único - A verba de representação mensal do Procurador Geral de Contas corresponde ao percentual estabelecido pela Lei nº 8.089/85.

Art. 2º - O vencimento estabelecido no artigo anterior será revisto nas mesmas datas dos reajustes dos servidores públicos estaduais.

Art. 3º - Os Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas, nos casos de licença, férias, afastamentos ou vacância do cargo, serão substituídos por funcionários do Quadro de Pessoal do Tribunal, bacharéis em direito, que preencham os mesmos requisitos exigidos para o titular, por designação do Presidente.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 671

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei nº 155/92, de sua autoria, que altera conforme especifica as divisas do Município de Fazenda Rio Grande.

Sala das Sessões, em 04.06.92.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 882-M

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 160/92, que dá nova redação ao artigo 34 da Lei nº 8280/86.

Sala das Sessões, em 04.06.92.

(a) JOÃO IENSEN

REQUERIMENTO Nº 882-N

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 161/92, que visa sobre a remuneração dos servidores do Poder Judiciário.

Sala das Sessões, em 04.06.92.

(a) JOÃO IENSEN

REQUERIMENTO Nº 882-P

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 162/92, que dispõe sobre os vencimentos da Magistratura do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 04.06.92.

(a) JOÃO IENSEN

REQUERIMENTO Nº 882-S

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 04.06.92.

(a) OSWALDO TREVISAN

REQUERIMENTO Nº 870

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que a Dou- ta Comissão Executiva determine o dia 11 (onze) de agosto do corrente ano, "Dia Nacional do Advogado" e do Magistrado, para a outorga do título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Desembargador LUIS RENATO PEDROSO, conforme Lei nº 9984 de 29/05/92.

Sala das Sessões, em 04.06.92.

(a) JOÃO PREIS

REQUERIMENTO Nº 860

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas prerrogativas regimentais, e após ouvido o Douto Plenário, REQUER o registro de votos de congratulações ao Coronel Wantuil Borges, integrante do Governo Estadual e que coordena as atividades da Defesa Civil em todo o Paraná, por seu formidável trabalho de ajuda e amparo as famílias flageladas de Almirante Tamandarê. A ação imediata e eficiente dos órgãos da Defesa Civil, acionando as várias Entidades Governamentais, propiciou amplo apoio logístico a todos que foram atingidos pelo vendaval em Almirante Tamandarê, evitando que a catástrofe tivesse maiores consequências.

Destaque-se a liderança, a experiência e o trabalho contínuo do Coronel Wantuil Borges, que comandou todas as ações da Defesa Civil do Paraná!

Sala das Sessões, em 04.06.92.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 861

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais e após ouvido o Douto Plenário, REQUER o registro nos Anais desta Casa, de votos de congratulações e muito aplauso ao Deputado Federal MAX ROSEMANN, por seu pronto, imediato, constante e dedicado trabalho em prol das famílias flageladas de Almirante Tamandarê. Tão logo ocorreu o vendaval, o Deputado Max Rosemann esteve no local, manteve contatos com as lideranças políti-

cas e comunitárias e acionou todos os contatos com as Autoridades Federais, conseguindo a liberação de recursos para a recuperação dos danos causados por este triste episódio!

Trata-se de uma atitude parlamentar exemplar, supra-partidária e que merece de todos nós os melhores cumprimentos!

Sala das Sessões, em 04.06.92.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 878

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo votos de congratulações pela fundação da Associação Paranaense dos Organismos Municipais de Desenvolvimento Econômico, APOMDE.

A APOMDE congrega Secretarias Municipais de Indústria e Comércio, Diretorias Municipais de Indústria e Comércio e Empresas Municipais de Desenvolvimento Comercial e Industrial e tem o objetivo de trabalhar pelo desenvolvimento econômico dos municípios paranaenses, do Estado e, por consequência, do País.

Dirigida por um Conselho formado regionalmente, a APOMDE é presidida pelo senhor Edilson Luis Carneiro Baggio, Secretário Municipal de Indústria e Turismo de Ponta Grossa.

Que esta proposição represente os cumprimentos do Poder Legislativo pela brilhante idéia de formação de entidade bem como votos de uma gestão profícua e empreendedora à sua diretoria.

Sala das Sessões, em 04.06.92.

(a) ALGACI TOLIO

REQUERIMENTO Nº 882-E

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata de votos de congratulações pela realização do II ENCONTRO PARANAENSE DE SUINOCULTORES.

Sala das Sessões, em 04.06.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 882-H

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao Município da Lapa pela passagem do seu 223º aniversário de fundação.

Sala das Sessões, em 04.06.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A legendária Lapa é uma Cidade histórica, fundada por volta de 1731, às margens da "Estrada da Mata", trecho do caminho de Sorocaba- Viamão, muito utilizado na época pelos tropeiros.

Seu aniversário é comemorado a 13 de junho porque nesta data em 1769 foi criada a Freguesia Eclesiástica de Santo Antonio da Lapa, posteriormente elevada à categoria de Vila, em 11 de junho de 1871, sob a denominação de Vila Nossa Senhora do Príncipe.

Em 1872 passou à categoria de Cidade com o nome de Lapa. Porém, a cidade viria a celebrar-se durante a Revolução federalista de 1894, quando desempenhou importante papel, definido pelos historiadores como de fundamental importância para a manutenção do regime republicano no Brasil.

Nesse ano ocorreu o Cerco da Lapa, pelas tropas rebeladas que provinham do Rio Grande do Sul e seguiam para o Rio de Janeiro, para a tomada do poder.

Portanto, a Lapa é considerada o berço da civilização paranaense, depositário das passagens mais brilhantes da nossa história.

Na significativa data, toda a população lapeana é merecedora do nosso respeito, nossa admiração e sobretudo o nosso reconhecimento na certeza de que é com muito trabalho e dedicação que se forja uma grande cidade e se melhora as condições de vida de seu povo honesto e cumpridor de seus deveres.

REQUERIMENTO Nº 882-L

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no exercício de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente à Associação Paranaense de Criadores de Bovinos de Raça Holandesa- APCBRH, Votos de Congratulações, pela realização da VIII Convenção Anual da APCBRH ocorrida no período de 28 a 29 de maio de 1992, na Cidade de Ponta Grossa-Paraná.

Outrossim, Requer ainda, que do presente seja dado conhecimento mediante correspondência deste Poder Legislativo ao Senhor Hélio Ribas Centa, Presidente da APCBRH - Rua Presidente Carlos Cavalcanti, 623- Centro- 80.510/040- Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 04.06.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 859

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER o envio de apelo à indústria Robert Bosch Ltda, instalada na cidade industrial

de Curitiba/CIC, com vistas à reintegração do metalúrgico Aparecido Custódio da Silva, no quadro de funcionários daquela organização.

Sala das Sessões, em 04.06.92.

(a) GERALDO CARTARIO

REQUERIMENTO Nº 882-C

SOMULA: de inserção nos Anais da presente sessão de voto de apreço a DO CARMO FORTES pela exposição "Alma do Povo", e relançamento do livro de poesias "Fertil Silêncio", realizada de 27 de abril à 15 de maio na Galeria Schaffer, Rua XV de Novembro, 416- 2º andar, sala 08.

Apoio: Fundação Cultural de Curitiba, Prefeitura Municipal de Curitiba e Associação Profissional dos Artistas Plásticos do Paraná.

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado Líder do PDT que este subscreve, em seu nome e de sua Bancada neste Parlamento, pede a Egrégia Assembléia a inserção dos Anais da presente sessão de voto de apreço.

Tal manifestação justifica-se pelas obrigações constitucionais desta Assembléia com o patrimônio cultural, histórico, artístico, geográfico e etnográfico da boa gente do Paraná.

Sala das Sessões, 04.06.92.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

REQUERIMENTO Nº 882-V

SOMULA: de inserção nos Anais da presente sessão de voto de apreço a BURLE MARX, pela exposição "Burle Marx - Litografias", de 28 de maio à 21 de junho, de segunda à sexta-feira das 08:30 às 20:00 horas, sábados e domingos das 10:00 às 15:00 horas, no Museu da Gravura Cidade de Curitiba- Sala do Lustre, Rua Pres. Carlos Cavalcanti, 533.

Apoio: Shell Brasil S.A., Fundação Cultural de Curitiba, Coordenação de Artes Plásticas e BANESTADO.

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado Líder do PDT que este subscreve, em seu nome e de sua Bancada neste Parlamento, pede a Egrégia Assembléia a inserção dos Anais da presente sessão de voto de apreço.

Tal manifestação justifica-se pelas obrigações constitucionais desta Assembléia com o patrimônio cultural, histórico, artístico, geográfico e etnográfico da boa gente do Paraná.

Sala das Sessões, 04.06.92.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

REQUERIMENTO Nº 859-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário,

que seja enviado convite ao Senhor Vanderley Carvalho, superintendente da Caixa Econômica Federal, para que o mesmo compareça a esta Casa de Leis a fim de prestar informações sobre a sistemática de liberação de recursos para a construção de casas populares no Paraná, sobre em quantos e quais municípios foram construídas e, em quantos e quais municípios estão em construção, no período compreendido entre 1990 e 1992, além de valores e modos de financiamento.

Sala das Sessões, em 04.06.92.

(a) CLEITON KIELSE

Apoio: Orlando Pessuti, Duílio Genari, Oswaldo Trevisan, João Iensen, Nilton Barbosa, Domingos Carvalho, Geraldo Cartário, José Arthur Ritti, José Tavares, Eurides Moura, Dobrandino da Silva, Renato Adur, Toti Colaço, Durval Amaral e Edson Silva Lino.

REQUERIMENTO Nº 862

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Luiz Renato Pedroso, Digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, no sentido de solicitar que aquele Poder agilize o andamento do processo de criação da Comarca de Santa Cruz de Monte Castelo, nos termos do projeto já em exame pelo Senhor Desembargador Negi Calixto - que preside a Comissão encarregada da reestruturação da Organização Judiciária do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 04.06.92.

(a) ARLINDO TROIAN

Apoio: João Arruda.

REQUERIMENTO Nº 863

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Senhor Luiz Renato Pedroso, Digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, no sentido de que aquele Poder tome medidas adequadas para que Diamante do Norte permaneça integrando a Comarca de Nova Londrina.

Sala das Sessões, em 04.06.92.

(a) ARLINDO TROIAN

REQUERIMENTO Nº 868

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, integrantes do Bloco Parlamentar Municipalista, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e

ao Ministro da Previdência Social, solicitando que seja revogada a Portaria nº 428, de 22 de maio de 1992, que retêm o F.P.M., aos municípios que estão em atraso com o recolhimento dos encargos sociais.

Seja dado conhecimento da presente proposição, mediante envio de cópia, à Associação dos Municípios do Paraná, às Associações Microrregionais de Municípios, e à Bancada dos Representantes do Paraná no Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em 04.06.92.

(aa) ALBINO CORAZZA

COLOMBINO GRASSANO

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

ALGACI TOLIO

LOURENÇO FREGONESE

EMILIA BELINATI

MARIO BEZERRA

JUSTIFICATIVA:

Sendo mantida a Portaria nº 428, de 22 de maio de 1992, que retêm o F.P.M., aos municípios que estão em atraso com o recolhimento dos encargos sociais, bem como a obrigatoriedade de manter as contribuições em dia pelas Prefeituras Municipais, será prejudicado sensivelmente o funcionamento normal das prefeituras municipais podendo provocar inclusive sua paralização.

No momento delicado de dificuldades econômicas e sociais, provocadas pelos ajustes da política econômica em vigor, é imprescindível que o repasse total das cotas com os respectivos valores e nas datas pré-determinadas seja feito normalmente, sob pena de vermos agravadas ainda mais a situação de miserabilidade da grande maioria da população brasileira.

Se os municípios tem deixado de efetuar os recolhimentos devidos, em contrapartida tem sido grandes responsáveis pelo atendimento à população mais carente mediante os serviços em postos de saúde, internações, instalação de equipamentos e outros, reinvestindo, desta forma, os recursos que caberiam à Previdência.

Não pedimos isenção, perdão, nem tratamento diferenciado em relação à dívida dos municípios. Entendemos, sim, que os municípios, ao contrário de outros devedores, exercem, em conjunto com a própria Previdência, o papel de atendimento à população brasileira mais carente, diante do que, reinvidicamos a suspensão da referida portaria, ao menos temporariamente, enquanto a Nação Brasileira busca alternativas para solucionar as dificuldades que enfrentamos.

Diante do exposto, esperamos parecer favorável do Soberano Plenário.

REQUERIMENTO Nº 874

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Saúde, solicitando recursos financeiros para reforma do Centro de Saúde do Município de Mallet.

O antigo prédio do Centro de Saúde do Município de Mallet, encontra-se totalmente saturado quanto à sua capacidade de atender os pacientes do Município, por outro lado necessita urgentemente de reparos, pinturas, etc., o que seria oportuno através desses recursos financeiros efetivar esta reivindicação.

Sala das Sessões, em 04.06.92.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 877

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente do Poder Legislativo ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando providências para coibir o tráfico de drogas no bairro do Cajuru e na Vila Oficinas, nesta Capital.

Conforme relatado na carta anexa, de uma mãe anônima e reconhecidamente desesperada, a região destacada acima tem sido palco de ação de traficantes de drogas, incentivando a propagação de vícios e proliferando a violência.

Segundo também poderá ser verificado pelo anexo, há três bancas nas proximidades do ponto de parada do ônibus alimentador Vila Oficinas/Trindade, que distribuem drogas aos consumidores.

Diante disso e do reconhecido mal que o tráfico e o consumo de drogas representa à nossa sociedade, confiamos nas ações da Secretaria de Segurança Pública para investigar os fatos, além de tomar as providências cabíveis.

Sala das Sessões em 04.06.92.

(a) ALGACI TOLIO

REQUERIMENTO Nº 879

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná, solicitando melhorias no policiamento do Distrito de Triolândia, a 16 km de Ribeirão do Pinhal.

Conforme seguidas reclamações que nos são endereçadas pela população de Triolândia, o serviço prestado àquela localidade pela Delegacia de Ribeirão do Pinhal é de caráter extremamente precário. O elevado número de esfaqueamentos, roubos, assassinatos e agressões no Distrito de Triolândia,

tem gerado preocupação à população, sobretudo porque quando solicitada a presença de autoridades policiais da sede do município, é alegada falta de combustível ou viatura.

A Inspetoria de Polícia do Distrito de Triolândia tem recebido cobrança da população sem qualquer possibilidade de agilizar o serviço de segurança pública local, razão porque recorremos aos valiosos préstimos do Sr. Secretário de Segurança Pública.

Que do teor do presente, dê-se ciência ao Sr. Inspetor de Polícia de Triolândia, José Vicentino.

Sala das Sessões, m 04.06.92.

(a) ALGACI TOLIO

REQUERIMENTO Nº 882-D

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Agricultura, solicitando a instalação de um Escritório Distrital da EMATER no Distrito de Campina do Simão, no Município de Guarapuava, no Centro-Oeste paranaense.

Sala das Sessões, em 04.06.92.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Campina do Simão, Município de Guarapuava, abrange uma área de 700 km², ficando a uma distância de 65km da sede do município. Abriga atualmente 751 propriedades rurais, sendo 60% de pequeno porte. O Distrito já tem implantadas cinco micro-bacias: rio das Araras, rio Xerê, rio Tigre, rio Grongorô e rio Paiquerê, sendo que estes dois últimos atingem grande número de propriedades nos municípios vizinhos de Turvo e Cantagalo.

Dessa forma, tendo em vista que grande parte dos agricultores de Campina do Simão não estão tendo orientação técnica da EMATER, face à grande distância da sede do município e a falta de pessoal especializado, é que solicitamos a implantação de um Escritório Distrital em Campina do Simão, para proporcionar tão importante assistência aos agricultores.

REQUERIMENTO Nº 882-F

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Habitação, solicitando que aquela conceituada Secretaria adote como critério técnico para construção de casas populares financiadas pelo Governo do Estado, a utilização de telhas convencionais (argila-barro) na cobertura das referidas casas.

Com a adoção deste critério, estaria a conceituada Secretaria de Habitação do Paraná, fortalecendo as pequenas e médias empresas no ramo de cerâmica, notadamente elevando-se os níveis de empregos em todo o Estado tendo em vista enorme crise econômica e recessiva vivenciada pelas mesmas contribuindo para os níveis de empobrecimento dos trabalhadores, pois o desemprego é galopante.

Por outro lado, cabe destacar que em breve o Governador Roberto Requião estará reduzindo os índices de ICMS para o setor cerâmico, o que mostra claramente a sensibilidade do nosso Governador com estas questões.

Finalizando, é necessário que se destaque que, a utilização de telhas convencionais (argila-barro), permitirá aos beneficiados uma situação climática muito mais confortável do ponto de vista técnico, não permitindo o transpasso de calor em excesso, bem como o frio.

Sala das Sessões, em 04.06.92.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 882-G

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetido expediente ao Ilustríssimo Sr. Presidente Rubens Brustolin do SESC - Serviço Social do Comércio, solicitando a criação e instalação dessa entidade no município de Irati.

Com uma população estimada em torno de setenta mil habitantes, o município de Irati se caracteriza por seu desenvolvimento contínuo. As atividades agrícolas constituem-se em base desse crescimento, aliado a um comércio diversificado, que polariza as demais cidades circunvizinhas daquela Microrregião 17, a Centro-Sul.

Diante de tais aspectos sócio-econômicos, urge dotar Irati de uma infra-estrutura compatível com suas reais necessidades, dotando o município de condições que consolidem cada vez mais o seu progresso e o bem-estar social daquela comuna.

Sem qualquer dúvida, a implantação do SESC vem ao encontro desses objetivos, adequando Irati e região de um importante e indispensável atendimento, como quer a ASFUCIL - Associação dos Funcionários do Comércio de Irati. Em nome dessa entidade, que representa o conjunto dos laboriosos comerciantes, hoje com mais de mil filiações, o SESC, dentro de suas atribuições, atenderá os seus familiares, com clínica geral, pediatria, odontologia, entre outras especialidades.

Neste sentido, aguarda o mais breve possível um parecer favorável quanto à justa postulação aludida.

Sala das Sessões, em 04.06.92.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 882-J

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Esportes, com a finalidade da liberação de recursos financeiros a serem aplicados na construção de um centro esportivo no Bairro de Rio Bonito, na Municipalidade de Irati.

Seja como lazer ou no âmbito da competição, a prática do desporto, fora de qualquer dúvida, se constitui num importante aspecto às atividades humanas, cuja iniciativa e o conseqüente desenvolvimento não se pode prescindir.

Desta forma, o propósito apresentado se faz com inteira necessidade, por um lado uma clientela juvenil extremamente populosa carente de tais instrumentos de lazer e desportos. Por outro, atendido este antigo anseio, além das colocações acima aduzidas, contribuiremos notadamente para a formação educacional daquela juventude vigorosa.

Sala das Sessões, em 04.06.92.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 882-O

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário REQUER, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, solicitando a instalação de uma Escola Agrícola no Município de Pitanga.

Sala das Sessões, em 04.06.92.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Pitanga, localizado no Centro Oeste paranaense, vivendo quase que exclusivamente da agricultura e pecuária, abriga atualmente um número bastante elevado de jovens, em idade escolar, filhos de agricultores e produtores rurais, que para melhor entendimento dos problemas que enfrentam no seu dia-a-dia, na agricultura, procuram o aprendizado em Escolas Agrícolas, que possuem o ensino especializado.

Entretanto, a Escola Agrícola mais próxima, localiza-se no Município de Quapava, que além da distância, dos problemas de locomoção diária, enfrentando o perigo das estradas, não possui o número suficiente de vagas para o atendimento de outros municípios, à vista do também elevado número de alunos de seu próprio Município.

Dessa forma, consideramos justa a reivindicação da população de Pitanga, na instalação, pela Secretaria de Educação, de uma Escola Agrícola naquele Município.

REQUERIMENTO Nº 876

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido em Plenário, REQUER seja encaminhado ao Senhor Secretário Especial de Esporte e Turismo, o presente pedido de informações:

1. A quem é subordinado o Ginásio de Esportes do Tarumã e quem o administra;
2. Quais as leis, decretos e/ou regulamentos que regem essa administração;
3. De quem é a responsabilidade de manutenção geral do Ginásio;
4. De que é a responsabilidade das promoções de eventos e quem pode promover;
5. Quanto custa, atualmente, a utilização diária do Ginásio, e como se procede para se agendar um evento;
6. Quais os eventos promovidos pelo Estado que possuem épocas ou datas fixas para a sua realização;
7. Qual a destinação dos valores arrecadados e se existe orçamento próprio para o Ginásio;
8. Existe algum projeto de utilização do Ginásio, extensivo a alunos de escolas públicas, com o fim específico de promover novos valores desportistas e principalmente incentivar os nossos jovens na prática desportiva.

Sala das Sessões, em 04.06.92.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

Constatamos que o Ginásio de Esportes do Tarumã é tido como um dos melhores e mais bem aparelhados do nosso País, no entanto, embora cremos ser muito bem administrado, e numa situação geral tida como a melhor possível, a sua utilização não tem sido aproveitada adequadamente para a revelação de novos atletas paranaenses com nível suficiente para se sobressair nacionalmente.

O ideal seria promoção de eventos com a finalidade de promover esportes a nível de Capital e Estado, envolvendo, principalmente, escolas da rede pública, para que se criasse nos nossos jovens maior espírito esportivo, pois sabendo-se da possibilidade de uso de um ginásio de porte do referido, teríamos, com certeza, muitos atletas de bom nível e a disciplina que se aplicaria em sua formação daria, também, uma maior formação na vida social destes jovens atletas, pois é sabido que a disciplina esportiva reflete diretamente na formação social do praticante.

No entanto, como a utilização das dependências do Ginásio do Tarumã nem sempre

é dirigida aos eventos referidos acima e com a constatação de que os eventos ali realizados não estão dirigidos a formação ou revelação de novos atletas paranaenses; é certo que quem utiliza paga para realizar os eventos esportivos, consideramos de primordial importância o redimensionamento das atividades desenvolvidas, a fim de que se ofereça novas alternativas visando a população estudantil de maneira a se cumprir a finalidade de um bem próprio do Estado.

REQUERIMENTO Nº 880-B

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado à Secretaria de Estado da Cultura, o seguinte:

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

1. A TV Educativa Estadual, sob qualquer pretexto, produziu qualquer espécie de documentário sobre a Cidade de Curitiba?
2. Em caso afirmativo, justificar a produção, encaminhando cópia em fita cassete, bem como relação dos custos decorrentes.
3. Enviar cópia das notas fiscais e/ou empenhos para compra de fitas cassetes tipo VHS, desde 1º de janeiro de 1992. Justificar as compras.
4. Enviar cópias dos contratos e/ou recibos de serviços de produção, edição e locução de programas gravados pela TV Educativa desde 1º de janeiro de 1992.
5. Relacionar as fitas VHS entregues a outras televisões, entidades e/ou particulares, especificando a natureza do assunto e a data da entrega, bem como os custos decorrentes.
6. Enviar cópia dos contratos de prestação de serviços profissionais (locução, produção, roteiros, etc) celebrados através da TV Educativa.
7. Encaminhar cópia da folha de pagamento dos serviços diretamente envolvidos com as produções da TV Educativa, desde 1º de janeiro de 1992, inclusive de horas extras pagas.
8. Com relação à Biblioteca Pública do Paraná, é sabido pela Secretária que no dia 27 de maio próximo passado foi utilizada a energia daquele órgão para alimentar um equipamento exibindo imagens com o fim de denegrir o conceito de Curitiba junto aos convidados do Fórum Mundial de Cidades?
9. Quais as providências da SEEC para apuração e punição dos envolvidos nesse flagrante desrespeito à Constituição e ao povo do Paraná, tendo em vista que a matéria exibida tinha cunho notoriamente político/eleitoral?

Sala das Sessões, em 04.05.92.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Conforme amplamente divulgado pela imprensa, no dia 27 de maio próximo passado, três vereadores da Cidade de Curitiba distribuíram fitas cassetes tipo VHS com a finalidade de denegrir a imagem de Curitiba perante os participantes e convidados do Fórum Mundial de Cidades, importantíssimo encontro preparatório à ECO-92. Também na mesma data, um equipamento instalado à frente do Hotel em que autoridades estrangeiras estiveram instaladas, exibia as imagens insidiosas contra a Capital do Paraná, contrariando inclusive determinação legal, que havia proibido a veiculação da matéria, por considerá-la puramente eleitoral. Denúncias dão conta de que a produção teria sido gerada dentro da TV Educativa Estadual e o equipamento que transmitia as imagens, na Av. Cândido Lopes, nesta Capital, esteve ligado à fonte de energia da Biblioteca Pública do Paraná, o que é, visivelmente, um indício de envolvimento da administração estadual no episódio e flagrante desrespeito à Constituição e ao povo do Paraná.

Por estas razões, pedimos o breve pronunciamento da Senhora Secretária da Cultura sobre a matéria.

REQUERIMENTO Nº 866

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais da Casa, da Sessão de hoje, o artigo "BILHETE A PEDRO TIAGO" de autoria do jornalista José Wanderley Dias, publicado à página 4 da GAZETA DO POVO de hoje.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Jornalista José Wanderley Dias, bem como ao Doutor Francisco Cunha Pereira Filho, Diretor da Gazeta do Povo.

Sala das Sessões, em 04.06.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Cada palavra, cada pensamento é uma lição de fé, e, isto o jornalista José Wanderley Dias faz muito bem, aprofundando tantos e belos ensinamentos.

Deus ouviu o nosso desejo, o anseio da família, da população de Petrópolis e de todo o povo brasileiro, iluminando a polícia carioca para chegar ao cativo de Pedro Tiago, libertando-o são e salvo das mãos dos marginais.

REQUERIMENTO Nº 882-1

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais e

após ouvido o Douto Plenário, R E Q U E R seja oficiado à sua Excelência, o Senhor Governador do Estado, para que instrua a COPEL, no sentido de atender ao seguinte

PEDIDO DE INFORMAÇÕES:

- 1 - Por que efetuou o pagamento de desapropriação do lote nº 6 quadra 5, da planta denominada Vila D. Pedro, no Distrito de Ferraria, no Município de Campo Largo, a quem não era seu legítimo proprietário?
- 2 - Esta desapropriação se deu em março de 1968, conforme registro feito no Cartório Henrique Antunes, de Campo Largo, sob nº 23.481, livro 3-T.
- 3 - Na ocasião, o proprietário era o senhor José dos Anjos Nunes, que adquirira os lotes 5 e 6 da quadra 5, deste citado loteamento, e já havia feito o devido e legal registro no Cartório de Imóveis, daquela Comarca, sob nº 20.973, livro 3-s, em decorrência de escritura lavrada no 5º Tabelionato de nossa Capital. Este registro se deu em 07.08.1965, data anterior à desapropriação.
- 4 - A COPEL desapropriou este lote e fez seu pagamento a pessoa diferente de quem era proprietário.
- 5 - Agora, recentemente, herdeiros do legítimo dono, ao tomarem providências, em função do seu falecimento, constataram que não eram donos do lote 6 e que a COPEL havia desapropriado e pago a quem não tinha sua posse!
- 6 - Alega a procuradora destes herdeiros, Sra. Silmara Belache, residente na Rua Anne Sullivan, nº 8, no bairro Pilarzinho, nesta Capital, (fone 252-8458) de que procurou a Copel e não encontrou disposição de acertar o erro cometido. Entendemos necessário o esclarecimento deste assunto, já que os documentos exibidos e que estamos anexando, nos levam a concluir que houve o erro apontado. A menos que existam fatos que ignoramos. Daí o presente Pedido de Informações.

Sala das Sessões, em 04.06.92.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 008/92

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica denominado jornalista WILMAR SAUNER, o comitê de imprensa contíguo às dependências do Plenário Deputado Waldemar Daros, deste Poder Legislativo.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.06.92.

(a) GERALDO CARTARIO

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem por escopo deixar marcado o reconhecimento deste Poder Legislativo, através de seus integrantes ao jornalista Wilmar Sauner.

Reconhecimento à sua capacitação pessoal e profissional, além, dos que eram inerentes ao excelente caráter e competência no gesto de ser amigo.

Criador e organizador do comitê de imprensa nesta Casa, foi seu primeiro dirigente, tendo sido democraticamente eleito e reeleito por mais duas oportunidades subsequentes, fruto do reconhecimento de seu intrínseco valor pelos repórteres aqui credenciados.

Homem simples, afável, coração aberto, arguto, amigo leal, competente crítico político, frio e consciente analista da realidade política paranaense, consolidou ao longo de sua curta passagem entre nós inúmeros e inesquecíveis laços de fraternal amizade dentre os integrantes deste parlamento, quer Deputados, quer funcionários.

Justo e indispensável portanto, que sua passagem por aqui, fique materialmente consolidada, o que se pretende através dos dispositivos da presente proposição.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 163/92

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica corrigida conforme os limites abaixo, as divisas do Município de Diamante do Sul, assim descritas:

"Partindo da barra do Rio Cascudo com o Rio Piquiri, segue-se pelo mesmo Rio Cascudo até alcançar a divisa da Gleba nº 05 da Colônia São João do Sul; segue-se por linhas secas confrontando com a mesma Gleba nº 05; segue pelo Rio Bananas até a barra do Córrego Três Barras; segue-se por linha seca confrontando com o lote 29; segue-se montante pelo Rio do Tigre até a nascente do mesmo; segue-se por linha seca confrontando com os lotes 75 e 74; segue-se pelo Arroio do Meio até a barra com o Rio Piquiri; segue-se pelo mesmo até o ponto de partida."

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.06.92.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

PROJETO DE LEI Nº 164/92

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadã Benemérita do Paraná a Sra. DÉBORA AMARAL DE ALMEIDA FERNANDES DIAS.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.06.92.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

A Sra. Débora Dias é natural da Cidade de Curitiba. Formada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Esposa do ex-governador do Estado do Paraná Alvaro Fernandes Dias. Presidente do "Programa do Voluntariado Paranaense - PROVOPAR, no anos de 1987/1991, aumentando em sua gestão o número de Coordenações Municipais de 287 em 1987 para 323 em 1991, sendo registrados 23.720 voluntários em todo o estado.

A Sra. Débora Dias é pessoa de mérito reconhecido em nossa sociedade como provam os títulos por ela recebidos, tais como: Cidadã Honorária da Cidade de Porto Amazonas, Cidadã da Cidade de Ivaiporã, Prêmio Cidade de Curitiba/1990, Presidente de honra do Congresso Internacional de Oftalmologia - Fundação Aristides Athayde e Madrinha do Banco de Leite do Hospital de Clínicas.

Sabedora da sua importância e responsabilidade quando Presidente da PROVOPAR, a Sra. Débora Dias procurou beneficiar a Comunidade com atos positivos e concretos, como por exemplo: convênio com o BANESTADO Club para doações para assistência e despesas de manutenção, reforma e reequipamento de entidades sociais, integração da Pessoa Portadora de Deficiência com cursos de computação e programação para cegos, teleprocessamento jornalístico para a área de deficiência visual via EMBRATEL, criação do Centro de Informática para cegos, no Instituto Paranaense de Cegos, instalação em Maringá e Londrina da impressora ITABRILLE para obtenção da síntese em Braille dos maiores jornais do País, implantação de serviços de fisioterapia, terapia ocupacional, psicológica, médico-odontológica e informática, na sede da Associação dos Deficientes Físicos do Paraná, colaboração na reforma e adaptação da Escola "Tia Vivian Marçal" de crianças e adolescentes portadoras de deficiências motoras graves, 183 doações de aparelhos para deficientes físicos, 239 doações de óculos e lentes especiais, construção de 23 Centros de Convivência para idosos, com apoio da LBA e Secretaria Estadual da Justiça, colaboração na construção da Casa da Criança com Neoplasia e apoio ao Projeto República, desenvolvido pelo Departamento

de Psicologia da UFPR, para reintegração social de menores infratores egressos da Escola Correccional Queiroz Filho.

Assim sendo, a medida ora proposta nada mais é do que a mais justa das homenagens que este Nobre Estado, através deste Poder Legislativo, pode prestar a tão distinta figura que só vem a enobrecer ao povo paranaense. Por esta razão esperamos o devido apoio dos nobres Pares pela aprovação do mesmo.

Finda a leitura do Expediente, no Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Renato Adur.

O SR. RENATO ADUR - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados.

Há vinte anos atrás, 80% da população de nosso Estado habitava na área rural. Hoje as estatísticas nos mostram que apenas 20% desta população permanece no seu local de origem. Consequentemente as regiões urbanas congregam 80% de toda a população de nosso Estado. Isto vale dizer que temos apenas 20% de nossa população produzindo alimento para todo o resto.

E mais, estes mesmos 20% ainda permanecem no campo e encontram-se, na maioria das vezes, desestimulados pelo modelo econômico vigente que os oprime e sufoca, obrigando-os em muitos casos a se desfazerem dos poucos bens que lhes restam para quitarem saldos de financiamentos agrícolas no sistema bancário de crédito.

O Paraná precisava repensar esta situação. Esta migração suicida é por demais nociva a todo o Estado e à Nação. Uma legião de ex-pequenos, médios produtores rurais, terminam concentrando-se nos grandes conglomerados urbanos, como Curitiba, Londrina, Campinas, São Paulo, Joinville, etc., gerando mais problemas sociais, acumulando maior número desempregados no setor de prestação de serviços de mão-de-obra não qualificada e diminuindo sensivelmente o número de trabalhadores na produção de alimentos básicos.

Além do que é sabido que o custo social de um cidadão urbano é vinte vezes maior de um cidadão num grande conglomerado urbano. É vinte vezes maior do que o da aquele cidadão que trabalha, que reside na área rural.

A falta de informação, o desestímulo à produção agro-pecuária, o não direcionamento das agro-indústrias, é que geram esta situação desastrosa e deprimente, em que se encontram milhares e milhares de famílias na periferia das grandes cidades, vivendo em condições quase subumanas.

É preciso reverter este quadro. A grande reforma agrária será, em primeiro lugar, fazendo com que aqueles que resistem ainda heroicamente em suas terras, que possam ter uma condição de vida mais dig-

na, com maior estímulo à produção, com melhores preços de seus produtos e que possam transformar os grãos em carne, com um sistema de compra garantido a preço justo. E isto, meus amigos, só seria possível se o Governo ao invés de permitir que as grandes indústrias ao se instalarem apenas nos centros urbanos, criassem um sistema ou mecanismo que, sem privilégios, procurassem redimensionar o desenvolvimento harmônico do Estado, corrigindo algumas injustiças do passado, através de uma política racional de incentivo à geração de empregos e industrialização dos produtos primários. Lá mesmo, nas regiões onde são produzidos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê):

O GOVERNO DO PARANÁ, após algumas medidas ousadas como:

- a) Isenção do ICMS às Micro-Empresas;
- b) Incentivo às atividades agrícolas;
- c) Não incidência de Impostos sobre financiamentos de vendas à prestação.
- d) Redução dos tributos dos produtos da cesta básica.

Vem agora, para nossa alegria, nossa e de todo o povo do Paraná, instituir o Programa Bom Emprego - Fiscal - e Financiamento Agro-Industrial, mediante apoio à execução de projetos industriais de implantação, expansão, modernização tecnológica e incremento do emprego, com estímulo à iniciativa privada.

O Objetivo do programa é a disseminação da atividade industrial por todo o território paranaense, é segundo o próprio Governador Roberto Requião, o desenvolvimento econômico deve ser Desconcentrado para que a Qualidade de Vida das populações seja ampliada e preservada, sem a necessidade de novos investimentos sociais, requeridos com ocorrência de excessiva conglomeração urbana.

Esse extraordinário Programa, visa contemplar aqueles municípios menos desenvolvidos do Estado, diferenciando geograficamente o tempo de duração do mesmo e o prazo de amortização de parte do ICMS incremental.

Haverá com isso, um estímulo à produção com o fortalecimento de capital de giro das empresas, deferido no percentual e prazo de acordo com a situação geográfica de cada município, a saber:

- 1 - CURITIBA E ARAUCARIA - Contempladas com 30% do ICMS incremental - com duração do programa de 12 meses e o vencimento somente no 13º mês até o 24º.
- 2 - PONTA GROSSA, MARINGÁ, LONDRINA E SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - Terão o incentivo de 50% do ICMS Incremental - duração de 24 meses e pagamento do 25º ao 48º.
- 3 - OS DEMAIS MUNICÍPIOS DO PARANÁ - Terão o incentivo de 80% do ICMS Incremental

- com prazo de duração de 36 meses e pagamento após o 37º até o 72º mês.

Devemos também lembrar, que em sendo parcelas do ICMS diferidas, com correção monetária integral, enquadra-se perfeitamente dentro da Lei complementar nº 24/75 (dos incentivos fiscais e do ICM (Agora ICMS)), e só sendo possível ainda, diante dos termos da Lei nº 9875, de 8 de Janeiro deste ano, de 92, Lei esta de iniciativa do nosso nobre Presidente Anibal Khury aprovada por unanimidade nesta Casa de Leis.

De parabéns o Governo do Estado, de parabéns o Governador Roberto Requião.

Iniciativas como esta, só engrandecem nosso Estado; estimulam o desenvolvimento e corrigem injustiças sociais, que intencionalmente ou não, foram criadas no passado, com perdas incalculáveis, e que só serão estirpadas com medidas ousadas como esta, do nosso Governador Roberto Requião.

Muito Obrigado.

RENATO ADUR
Deputado Estadual"

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

No dia 1º de maio começou a vigorar o novo salário mínimo de duzentos e trinta mil cruzeiros por mês. Sabemos que este salário atinge sessenta milhões de pessoas, ou seja, sessenta milhões de brasileiros vivem de salário mínimo. A maior parte deste salário, cerca de 80%, é gasto somente em alimentação e, desde a criação do salário mínimo, este é o pior, o mais baixo salário que a classe trabalhadora brasileira já teve. O País atravessa uma séria crise de recessão acarretando demissões e baixos salários. Algumas empresas têm feito a demagogia de que é impossível pagar, inclusive, este mísero salário e passa a demitir trabalhadores. E isso tem acontecido em todo o País, inclusive na nossa Capital.

As vésperas do dia 1º de maio, a REFRIPAR demitiu oitocentos trabalhadores sob a alegação de que com a crise econômica não poderia mantê-los trabalhando. Essa crise econômica temos que saber que quem ocasionou e fruto de que ela é.

Ela foi ocasionada pelos mesmos governantes que lá se encontram hoje e nunca saíram do poder, governantes estes que representam uma classe, a classe dominante, a elite brasileira da qual o próprio Sr. Sérgio Prosdócimo faz parte e a qual o próprio Sr. Sérgio Prosdócimo tem apoiado. Pergunto aqui, será que Sérgio Prosdócimo apoiou Lula ou Collor nas eleições de 89?

A resposta é muito fácil: apoiou Collor de Mello e sabia qual era a proposta política de Collor de Mello e sabia que toda a proposta levaria à recessão, não acabaria com a inflação e seria uma proposta de demissão. Mas, ao contrário do que se diz, os grandes empresários brasileiros têm demitido e tem aumentado a produtividade de suas fábricas e, consequentemente, aumentado a produtividade de suas fábricas e, consequentemente, aumentado o lucro.

As empresas, só durante o Governo Collor, aumentaram a produtividade em 10%. Isto significa que os trabalhadores que foram mantidos no emprego têm que trabalhar mais do que trabalhavam e significa também a informatização a qual não somos contrários. Mas se o lucro, o aumento de produtividade é fruto da informatização dessas empresas, então, que se democratize a distribuição dessa renda, mantendo esses trabalhadores nos seus exercícios, porque há espaço e há lugar para eles trabalharem.

Alegar que há crise econômica e que para isto foi necessário demitir oitocentos trabalhadores antes do dia 1º de maio e que agora ameaçam novas demissões, não corresponde à realidade dessa empresa, uma vez que a REFRIPAR patrocina pilotos de "Fórmula 1" e faz campanhas bilionárias nos meios de comunicação como televisão para divulgar a marca Prosdócimo. Para isto tem dinheiro. Agora, o dinheiro para sustentação, para o pagamento de salário aos trabalhadores que dependem disto para viver, aí não se tem dinheiro, mas para pagar publicidade ao Maurício Gugelmin correr na "Fórmula 1", aí tem.

Empresa que tem dificuldade econômica não investe fortunas em financiamento deste tipo. Sabemos da importância do esporte. Sabemos que a população gosta. Mas entre o esporte em financiar um piloto e a necessidade de vida de milhares de trabalhadores, nós defendemos a vida desses trabalhadores, e defendemos, e cobramos que as novas demissões não se concretizem e sim que melhorem as condições de trabalho e de salário dos trabalhadores que lá permanecerem, na REFRIPAR.

Somos contra demissões porque sabemos que a empresa tem condições econômicas para mantê-los trabalhando e mantê-los recebendo e percebendo seus salários.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Estão em visita a esta Casa nossos companheiros de Córdoba, e também do Rio Grande do Sul. Designo o Deputado Algaci Túlio para proceder a saudação em nome desta Casa.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente,

Senhores Deputados.

Nós recebemos com muita alegria no dia de hoje em Curitiba a presença de uma delegação composta por políticos, empresários, Secretários Municipais, professores, que vieram da província de Córdoba, Argentina, a segunda província de maior importância daquele País, uma Cidade também universitária, a exemplo da Capital do Estado do Paraná.

Esta delegação é composta pelo Vereador Ricardo Leopoldo Busso, Presidente da Câmara Municipal de Córdoba e Coordenador dessa Delegação; Vereador Antonio Capra, representante do Bloco Majoritário e também empresário; Vereador Jorge Terreno, representante do Bloco Minoritário e empresário; Dr. Arnaldo Gutierrez, Secretário Geral da Universidade de Córdoba; Júlio Waismann, Secretário da Fazenda de Córdoba; Orlando Pratta, Secretário Municipal de Córdoba; Mariana Caminotti, do Ministério de Comércio Exterior; Vereador Sérgio Nestor Rivera, da Cidade de Lujan, Buenos Aires.

Eles vêm também em companhia do Vereador Mozar Costa, de Santa Maria, Rio Grande do Sul, membro do Comitê Latino-Americano dos Parlamentos Municipais. Hoje pela manhã essa delegação esteve em contato com a Câmara Municipal de Curitiba. Em seguida tivemos a honra de recebê-los na condição de vice-Prefeito na Prefeitura Municipal de Curitiba, onde colocamos o Executivo à disposição. Almoçaram na Associação Comercial e os convidamos para que viessem também conhecer o Parlamento do Paraná, a Assembleia Legislativa. Em seguida essa delegação vai conhecer o Instituto de Pesquisas, IPUC, a Secretaria do Meio Ambiente, enfim, estão tomando conhecimento, um contato mais direto com a Cidade de Curitiba.

Já tiveram o privilégio de fazer uma viagem pela manhã no mais moderno sistema de transporte coletivo do País que é o nosso Ligeirinho. Essa delegação, Senhores Deputados, também tem no seu roteiro de viagem além da troca de informações, além do intercâmbio cultural e comercial e intercâmbio político, também, tem no seu meio a preocupação com relação ao MERCOSUL.

E nós, há questão de 30 dias atrás, estivemos representando esta Assembleia Legislativa e a Prefeitura Municipal de Curitiba numa discussão a respeito do MERCOSUL, na Cidade de Montevideu, no Uruguai.

Lá também podemos sentir a preocupação com relação à implantação do MERCOSUL. A exemplo do Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina, esses Países começam a discutir, aprofundar a discussão com relação à implantação do MERCOSUL. E esta Assembleia Legislativa também já teve a sua partici-

pação no início das discussões.

E bom destacar que quatro vereadores de cada País integram também uma comissão que discute permanentemente, trocam informação com relação à discussão do MERCOSUL.

Isso tudo para nós é muito importante quando recebemos aqui esta delegação. Eu quero então, em nome - como já os recebi na condição de vice-Prefeito - da Cidade de Curitiba, tenho também a honra e o privilégio neste momento de recebê-los aqui em nome deste Parlamento e com aquiescência deste Plenário.

Eu gostaria que pudéssemos, durante o Pequeno Expediente, num horário de 5 minutos, conceder a palavra ao companheiro Ricardo Leopoldo Busso, que é o Presidente da Câmara de Vereadores da Cidade de Córdoba.

Sejam bem-vindos, e tenho a certeza de que as suas presenças na Capital do Estado do Paraná, na "Capital Ecológica", na melhor Cidade do País e uma das 11 cidades do mundo, premiada durante a abertura da ECO-92.

Muito obrigado pelas suas presenças, e eu gostaria, Senhor Presidente, de fazer esse apelo para que cedêssemos 5 minutos para que o companheiro Ricardo Leopoldo Busso pudesse falar em nome da delegação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao nosso companheiro Ricardo, para falar em nome da delegação.

O SR. RICARDO LEOPOLDO BUSSO - Estou realmente agradecido em nome da delegação que tenho a honra de coordenar, de estar e poder falar hoje a esta Assembleia Legislativa e brevemente poder tratar dos objetivos desta Comissão que hoje coordeno.

A idéia fundamental é juntar mais os nossos povos, irmanados há muitos anos. A idéia é fazer o carro andar um pouco antes do que marca o tempo do MERCOSUL. cremos que devemos como representantes do povo, como vereadores, como conselheiros desses quatro países, tratar de assegurar aos comerciantes, industriais, a todos os vinculados a parte cultural, social e político de nossos países para que os latino-americanos, sul-americanos, tomemos consciência de uma vez por todas que, se não nos unirmos social, cultural e politicamente, os outros blocos, sem a menor dúvida, cairão sobre nós economicamente, também e deixarão por terra todos os nossos projetos.

Ninguém desconhece hoje o potencial que a América do Norte e o mercado da América do Norte, formado pelo Canadá, Estados Unidos e México, para onde irá este mercado? Ninguém desconhece o potencial tecnológico do Japão, e para onde irá este mercado? Ninguém desconhece, hoje, a rea-

lidade do mercado comum europeu, que teria posto os olhos na América do Sul, de costa a costa, com qualquer estratégia, com suas idiossincrasias, com a sua história, a qualquer custo.

Nós irmãos latino-americanos, sul-americanos temos que estar unidos, estamos unidos durante décadas e séculos por costumes, por turismo, por idiossincrasias, até por simpatias.

Irmãos brasileiros e argentinos, temos que nos unir aos Uruguaios e Paraguaio e na medida em que nos unirmos, mostrarmos que o MERCOSUL funciona. Na medida em que os industriais e comerciantes de nossos países se complementem e exportem para outros países do mundo também, não só fazendo intercâmbio entre nós.

Quero, para não me alongar, muito, dar um breve exemplo do que significa Córdoba, no mercado argentino, e já dizia o Presidente da Assembléia Legislativa: "Córdoba significa e é um polo, talvez dos mais importantes, da Argentina em metal mecânica." Córdoba hoje representa e tem várias empresas dedicadas à fabricação de automóveis e motores, tem uma grande empresa que fabrica aviões, e portanto tudo isso faz com que Córdoba tenha um desenvolvimento no pólo metal mecânico, com uma grande indústria de auto-peças. E no interior da Província, do Estado, a região se transforma em agro-industrial, em agrícola graneleira, com exportações de soja, milho e trigo.

É importante que tenhamos conhecimento também de que este é o momento de intercâmbio como também, fundamentalmente, este é o momento de unir forças para poder exportar aos outros mercados do mundo. Eu creio, irmãos brasileiros, que chegou o momento, como dizia um grande escritor, Ortega, para explicar aos argentinos: "Ação". Este é o momento, irmãos brasileiros, basta de palavra e vamos à ação!

Muito obrigado.

(Discurso em espanhol, traduzido pela taquígrafa).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Agradecemos as palavras do nobre representante de Córdoba.

No Grande Expediente concedo a palavra ao ilustre e dinâmico Líder do PMDB, Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inicialmente gostaríamos de saudar também a delegação argentina que nos visita, na tarde de hoje, bem como saudar o Deputado José Tadeu Bento França, Secretário de Estado do Meio Ambiente, Presidente da SUREHMA, assim como todos aqueles que integram a diretoria do ITCF e daquela

instituição.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

"Vital, urgente e planetária é a dimensão que toma a questão ecológica nos tempos atuais. A acelerada extinção das Florestas, o desaparecimento de espécies, o esgotamento dos recursos naturais e os desequilíbrios de toda ordem ameaçam a vida no Planeta."

Esta afirmação do Governador Roberto Requião vem oportunamente ao encontro do propósito de nosso pronunciamento no dia de hoje, que antecede o Dia Mundial do Meio Ambiente, e, num momento em que Chefes de Estado de quase todo o mundo se encontram no Rio de Janeiro para participar da segunda conferência sobre meio ambiente.

Em 1972 foi realizada em Estocolmo a primeira conferência, que teve início no dia 05 de junho, data que ficou definida como Dia Mundial do Meio Ambiente. A partir de então, neste dia, em quase todos os cantos do planeta são realizadas atividades que buscam encontrar soluções para a grave crise ambiental que ameaça a vida no planeta terra.

Se em 1972 compareceram apenas dois chefes de estado na conferência de Estocolmo, hoje no Brasil participam praticamente delegações do mundo inteiro, fato que comprova a preocupação e interesse mundial sobre esta questão.

Estudos científicos revelam que os problemas ambientais podem levar ao desaparecimento da vida no planeta, se medidas urgentes não forem tomadas. Estimativas apontam que, desde a metade do século, o mundo já perdeu uma quinta parte da superfície cultivável, e um quinto das florestas tropicais segundo dados da FAO, 11 milhões de hectares de florestas tropicais desaparecem a cada ano, e junto com elas as reservas genéticas são dizimadas.

A cada ano, a erosão hidráulica leva 25,4 milhões de toneladas de terra através da agricultura. A erosão do vento agrava a desertificação provocada pelos desmatamentos.

Senhores Deputados.

O Paraná possuía 85% de cobertura florestal contra apenas 12% hoje. O Governo do Estado, frente a esta situação, bem como dos demais problemas ambientais está tomando uma série de ações concretas, na tentativa de impedir que a situação se agrave ainda mais.

Uma fiscalização séria e enérgica está sendo desenvolvida em todo o Estado, pois na opinião do Governador Roberto Requião, "a fiscalização do meio ambiente deve ser radical, já que os predadores também são radicais em sua ação."

Nesse sentido, uma atuação rígida na

defesa da fauna, da flora, dos recursos hídricos, no combate a poluição, vêm sendo desencadeada pela fiscalização de equipamentos modernos e eficientes para tanto. Já está sendo utilizado um avião da Casa Militar que, desde o início do ano, já sobrevooou 80% do território do Estado, fazendo o rastreamento para identificar os pontos que estão sofrendo agressões ambientais.

A aquisição de helicópteros e barcos para a fiscalização em alto mar, baía, rios e represas já foram providenciados, assim como estão sendo equipados laboratórios de sensoriamento e monitoramento para a fiscalização da poluição da água, solo e ar.

A criação da força verde, enfim, vai ampliar o campo das atividades do batalhão de polícia florestal para fiscalizar todos os aspectos do meio ambiente.

Outra medida do Governo do Paraná é um estudo completo de todos os ecossistemas do Estado a serem preservados. A partir disso, iniciou-se uma política agressiva no campo de criação de parques e áreas naturais protegidas, dando prosseguimento a uma política desenvolvida no Governo de Alvaro Dias nesse setor. Requião ampliou o número de unidades de conservação que passou de 34 para 44, atingindo uma superfície de 4,65% do território paranaense, num total de 930 mil hectares de áreas naturais protegidas.

Estas ações estão sendo acompanhadas por planos de gerenciamento que visam proteger nosso patrimônio genético para que não desapareçam as espécies vegetais, animais e microorganismos.

O Governo também vem desenvolvendo ações concretas de conservação, proteção e uso racional dos recursos naturais. Podemos aqui destacar o programa de manejo integrado do uso do solo e das águas, onde se beneficiam 150 mil produtores rurais numa área de 4,5 milhões de hectares em 1.607 microbacias, distribuídos por 223 municípios do nosso Estado, este é um programa que aplica 40 técnicas diferentes de uso racional do solo, reconhecido internacionalmente como o mais avançado projeto ambiental na área agrícola.

Outro programa de grande vulto que se destaca no Paraná é o Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba, o PROSAN.

Este é o maior programa de saneamento do País que vai gerir a aplicação de 246 milhões de dólares e permitir a potabilidade da água. Elevando assim a qualidade de vida de 2 milhões de habitantes da Região Metropolitana. Além disso, o Programa prevê o reassentamento de 1.586 famílias que vivem em locais sem a mínima infraestrutura, em áreas consideradas de risco,

não apenas para os que ali residem, mas também para os mananciais que abastecem a grande Curitiba.

Ainda para a implementação e aplicação de novos instrumentos, bem como assumir a responsabilidade determinada ao Poder Público, está sendo criado o Instituto Ambiental do Paraná, que unifica os atuais órgãos SUREHMA e ITCF, reestruturando suas atividades e integrando a ação ambiental com todas as Secretarias de Estado.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A ação do Governo é de uma política ambiental radical do ponto de vista da fiscalização e conservação, que está diretamente ligada a preservação, riqueza, produção agrícola, programas de saneamento, projeto água limpa, que leva a proteção dos mananciais e matas ciliares, oferecendo à população aquilo que é mais sagrado: o uso da água.

Temos um Estado que pode se orgulhar de seu meio ambiente, que possui atrás de todos esses programas, um dos melhores trabalhos na área de educação ambiental. Um Estado que possui a melhor e mais bem cuidada Mata Atlântica do País tão importante, que a ONU, no ano passado, a declarou RESERVA DA BIOSFERA.

Nosso Governo, Senhores Deputados, não confunde paisagismo com proteção ambiental, é com uma política séria, combinando conservação e proteção com o uso racional dos recursos naturais, que o Governo do Estado pretende uma vida mais digna, humana e fraterna.

Mas, Senhores Deputados, enquanto presenciemos em nosso Estado grandes avanços em relação ao meio ambiente, esperamos com ansiedade as decisões da RIO-92.

Não podemos deixar de nos preocupar, quando sabemos que somos um País dependente da exploração dos países desenvolvidos. De uma forma impositiva e dominadora, os Estados Unidos estão opondo resistência para a assinatura das convenções que tratam das mudanças climáticas e da biodiversidade.

Não podemos deixar de lembrar que os Estados Unidos são os maiores responsáveis pela poluição de 1/4 do planeta, sendo o principal agente causador do efeito estufa e, a continuar esta situação, inviabiliza as nações menos ricas se industrializar e melhorar suas condições de vida.

No tocante a biodiversidade, países como o México, Colômbia, Brasil e outros do terceiro mundo são os mais ricos em vida. Se os países de primeiro mundo consideram que estas riquezas são um patrimônio da humanidade, de igual forma é um patrimônio da humanidade o conhecimento tecnológico.

O domínio da tecnologia é hoje uma das principais armas dos países ricos, que

querem transformar nossos países em parques zoológicos e botânicos, estudar as riquezas de vida ali existentes, patentear e nos cobrar "royalties" pelo resto da vida, enquanto nos forçam a viver no subdesenvolvimento para sempre.

O acesso a biodiversidade deve estar condicionado a transferência da tecnologia.

Finalizando, Senhor Presidente, Senhores Deputados, gostaria de aproveitar esse momento para enfatizar a importância da aprovação do projeto do Governo que cria o Instituto Ambiental do Paraná, ao mesmo tempo em que solicito de todos, o empenho sobre outros três projetos, também de autoria do executivo, relacionados a questões ambientais. São eles: Projeto 456/90, que reflete o aprimoramento, adequação e promoção de avanços nas questões relativas à proteção do meio ambiente, que regerão as atividades do Poder Público e dos administradores no Paraná. O segundo, de número 473/91, que determina a reposição de matéria-prima florestal, e, finalmente um terceiro, de número 68/92, cuja mensagem atribui a fiscalização pelo cumprimento das normas Estaduais e Federais de proteção à Fauna e Flora.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, hoje 4/6, estamos na véspera da comemoração do "Dia Mundial do Meio Ambiente" e por essa razão é que comparecemos à tribuna no dia de hoje para fazermos essas reflexões, e para pedir dos Senhores Deputados o apoio ao Projeto 069/92, que cria o Instituto Ambiental do Estado do Paraná; bem como também que busquemos superar as divergências que existem com relação aos três Projetos que tramitam nesta Casa - um deles desde 1.990 - todos eles relacionados ao meio ambiente, porque todos nós temos consciência neste momento, que a questão ambiental é de maior importância e é o assunto do dia-a-dia e principalmente é o assunto do momento em nosso País.

Queremos aqui agradecer a atenção de todos e esperamos realmente poder contar com o apoio e a aprovação do Projeto nº 69/92.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário das Lideranças, consulto a Liderança do PTB, se fará uso do seu horário.

(Declina).

PT.

(Declina).

PL

(Declina).

PDT.

(Declina).

PST.

(Declina).

PFL.

(Declina).

PRN.

(Declina).

PMDB.

(Declina).

PSDB.

(Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 42 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem/PGJ/nº 001, subscrita pelo Sr. Procurador Geral da Justiça do Estado, constante do expediente, incluindo anteprojeto de lei que visa estabelecer uma nova política de vencimentos dos membros do Ministério Público do Estado do Paraná. **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 923/92, subscrito pelo Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, constante do expediente, encaminhando projeto de lei que fixa os novos vencimentos da Magistratura do Paraná. - **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 924/92, subscrito pelo Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, constante do expediente, encaminhando projeto de lei fixando o vencimento básico do cargo de Procurador Geral, junto ao Tribunal. - **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 149/92, subscrito pelo Sr. Deputado Arlindo Troian, constante do expediente, justificando sua ausência na sessão plenária do dia 04 do corrente mês, em função de compromissos na Região Noroeste do Estado. - **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício nº SPB.1303/92, subscrito pelo Senhor Deputado Rossoni, constante do expediente, justificando sua ausência na sessão plenária do dia 04 do corrente mês, em virtude de compromissos em sua região. - **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado. A Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado. A Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado. A Diretoria Legislativa.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso

distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 393/91, de autoria dos Deputados ERNANI PUDELL, Dr. ROSINHA e OVIDIO CONSTANTINO, que dispõe sobre a isenção de tarifa de água e luz aos desempregados. Anexo a este o Projeto de Lei nº 579/91. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. -

Sobre o referido projeto, Substitutivo Geral de Plenário, de autoria dos Srs. Deputados Ernani Pudell, Ovídio Constantino e Dr. Rosinha, devidamente apoiado, nos seguintes termos:

SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO
DE Nº 01, AO

PROJETO DE LEI Nº 393/91

Art. 1º - Fica estabelecida a suspensão do pagamento de água, esgoto e luz aos trabalhadores desempregados, nos termos desta lei.

Art. 2º - Serão beneficiários desta lei os trabalhadores residentes no Estado do Paraná, na condição de desempregados involuntários ou cuja renda familiar não ultrapasse a um (01) salário-mínimo, que comprovem a impossibilidade de pagamento das citadas tarifas ou ainda, quando o referido pagamento implicar na dificuldade da família em manter outros gastos essenciais.

Art. 3º - O benefício da suspensão do pagamento das tarifas será concedido pelo prazo máximo de 6 (seis) meses, sendo que, após este prazo ou, quando o beneficiário firmar contrato de trabalho, bem como quando a sua renda familiar ultrapassar a um salário-mínimo mensal, será cobrado nas contas de água e luz, a partir do mês subsequente à causa da cessação do benefício, em 6 (seis) parcelas de igual valor, devidamente corrigidas.

§ 1º - O prazo concedido para o benefício da suspensão do pagamento das tarifas, poderá ser renovado por 6 (seis) meses, a cada período de 36 (trinta e seis) meses;

§ 2º - Caso o beneficiário opte em pagar as contas suspensas em três vezes, as mesmas não sofrerão qualquer atualização monetária.

Art. 4º - A suspensão do pagamento das tarifas fica limitada aos domicílios que não ultrapassem o consumo mensal de 15 metros cúbicos de água e de 90 Kws/hora de energia elétrica, sendo que, ultrapassando o consumo de um deles, não implica na cessação do benefício de outra.

Art. 5º - Para aquisição do benefício o interessado deverá procurar o escritório

mais próximo de uma das empresas fornecedoras, as quais deverão manter um cadastro social unificado, apresentando a respectiva Carteira de Trabalho (CTPS), cópia da última rescisão do contrato de trabalho, comprovante de inscrição perante o Sistema Nacional de Empregos (SINE), bem como firmando termo declarando não possuir outras fontes de renda, quer informais, desde que não ultrapassem a 01 (um) salário-mínimo.

§ 1º - Caso seja comprovada fraude documental ou nas informações que possibilitaram a concessão do benefício, as contas suspensas serão cobradas imediatamente, de uma única vez, acrescidas de atualização monetária, juros de mora e multa de 100%, sem prejuízo das sanções penais cabíveis à espécie;

§ 2º - O beneficiário deverá comparecer a cada três meses no local onde realizou-se o cadastro para ratificar a inexistência de renda, apresentando os documentos comprobatórios, se exigidos, bem como comunicar, no prazo de 15 dias, caso tenha firmado contrato de trabalho ou obtido outra fonte de renda, sob pena do imediato cancelamento do benefício.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.06.92.

(a) ERNANI PUDELL,

DR. ROSINHA e

OVIDIO CONSTANTINO

Apoiamto: José Tavares, Nilton Barbosa, Domingos Carvalho, Dobrandino da Silva, Mário Bezerra e Heinz Herwig.

JUSTIFICATIVA:

Apresentamos este Substitutivo Geral à redação original do Projeto de Lei nº 393/91, para adequá-lo às reivindicações do Movimento de Luta contra o Desemprego.

Por entendermos que a função primordial do parlamentar é representar a sociedade, apresentando suas reclamações e aspirações, alteramos a redação inicial do projeto de lei de nossa autoria.

O Projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 069/92, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM Nº 013/92, que dispõe sobre a criação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA e do Instituto Ambiental do Paraná - IAP. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário em nº de 09, de autoria de vários Srs. Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

**EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01,
AO PROJETO DE LEI Nº 069/92.**

Inclua-se no artigo 8º: "e dos órgãos extintos mencionados no artigo 14 da presente Lei".

Sala das Sessões, em 04.06.92.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Apoio: Albino Corazza, Lourenço Fregonese, Mário Bezerra, Emilia Belinati, Algaci Túlio.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 02.

Inclua-se no artigo 10: "O Fundo de Desenvolvimento Rural e o Fundo de Desapropriação e Colonização".

Sala das Sessões, em 04.06.92.

(a) COLOMBINO GRASSANO.

Apoio: Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Mário Bezerra, Emilia Belinati, Algaci Túlio.

SUBEMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 03

Acrescentar mais um artigo no Substitutivo Geral da C.C.J., nos seguintes termos:

"Art. 20 - O Tribunal de Contas do Estado do Paraná procederá auditoria nos órgãos extintos pela presente Lei e elaborará Parecer circunstanciado e conclusivo, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, enviando-se o relatório aos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo".

Sala das Sessões, em 04.06.92.

(a) EMILIA BELINATI.

Apoio: Colombino Grassano, Mário Bezerra, Cezar Silvestri, Algaci Túlio, Doutor Rosinha.

**SUBEMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA
DE PLENÁRIO, DE Nº 04.**

O artigo 14 do Substitutivo Geral da C.C.J. passará a ter a seguinte redação:

"Art. 14 - Ficam extintos a Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente SUREHMA e o Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF, ficando o Poder Executivo autorizado a proceder o remanejamento do Orçamento, direitos, créditos e obrigações decorrentes de lei, atos administrativos, contratos ou convênios existentes, bem como suas respectivas receitas.

Parágrafo Único - O patrimônio e o pessoal dos órgãos extintos, serão absorvidos e incorporados automaticamente ao IAP, restando garantidos todos os direitos e deveres dos servidores".

Sala das Sessões, em 04.06.92.

(a) EMILIA BELINATI.

Apoio: Doutor Rosinha, Colombino Grassano, Mario Bezerra, Cezar Silvestri, Algaci Túlio.

SUBEMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 05

Acrescentar mais um inciso ao art. 6º

do Substitutivo Geral da C.C.J., nos seguintes termos:

"Art. 6º...

XXVIII - Coordenar, monitorar e fiscalizar a destinação final dos resíduos sólidos no Estado do Paraná".

Sala das Sessões, em 04.06.92.

(a) EMILIA BELINATI

Apoio: Colombino Grassano, Mário Bezerra, Cezar Silvestri, Algaci Túlio, Doutor Rosinha.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 06

Acrescente-se, no artigo 6º, do Substitutivo Geral, inciso XIV, com a redação que segue, renumerando-se os demais:

"Art. 6º-...

XIV - Executar o monitoramento quantitativo e qualitativo dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, através de redes climatológica, pluviométrica, fluviométrica, sedimentométrica, piezométrica e de qualidade das águas".

Sala das Sessões, em 04.06.92.

(a) ALCEU SWAROWSKI

Apoio: José Tavares, Eurides Moura, Dobrandino da Silva, Luiz Carlos Martins.

JUSTIFICATIVA:

O Substitutivo Geral, ampliando as atribuições da Secretaria que se pretende criar, estabeleceu novas regras para a sua implantação, em especial, no tocante aos recursos hídricos.

A presente Emenda tem por objetivo somente aperfeiçoar a nova redação dada ao Plano de Lei, inserindo esse dispositivo disciplinador de parte da competência da Secretaria, na parte que trata especificamente dos recursos hídricos. Logo após o inciso XIII, ao qual estamos sugerindo o acréscimo de algumas expressões, em separado.

A redação proposta foi sugerida pelo SINDI/SEAB, e merece ser acolhida, como contribuição aos trabalhos desta Casa.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO DE Nº 07

Substitua-se a redação do inciso XIII, do art. 6º, dada pelo Substitutivo Geral, pela seguinte:

"Art. 6º - ...

XIII - promover o gerenciamento dos recursos hídricos e outorgar concessões, autorizações e permissões para derivação e uso de águas de domínio estadual, inclusive através da formulação de planos e programas e sua implementação, visando o seu uso múltiplo e racional."

Sala das Sessões, em 04.06.92.

(a) ALCEU SWAROWSKI

Apoio: Dobrandino da Silva, Luiz Carlos Martins, Eurides Moura e José Tavares.

JUSTIFICATIVA:

O Substitutivo Geral parece ter encontrado o aperfeiçoamento ideal para o anteprojeto encaminhado a esta Casa.

A presente Emenda tem por finalidade apenas dar maior alcance ao disposto no inciso XIII, do artigo 6º, sem alterar a sua essência, na forma como foi sugerido pelo SINDI/SEAB.

EMENDA DE PLENÁRIO, DE Nº 08

O artigo 11, parágrafo 4º terá a seguinte redação:

"Art. 11 - O Diretor Presidente será escolhido entre especialistas da área ambiental, com formação universitária, ocupando o cargo DAS-1; o Diretor Administrativo-Financeiro ocupará cargo de titularidade DAS-3".

O art. 15 terá a seguinte redação:

"Art. 15 - ...

I - Um cargo de Diretor-Superintendente da Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA, símbolo DAS-1;

II - 2 (dois) cargos de Diretor do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF, símbolo DAS-3;

III - Um cargo de Chefe da Coordenação de Estudos e Defesa do Meio Ambiente, símbolo DAS-5, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente;

IV - O cargo DAS-1 de Diretor-Presidente do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas será transformado para Diretor Presidente do Instituto Ambiental do Paraná, DAS-1."

Sala das Sessões, em 04.06.92.

(a) JOÃO IENSEN

Apoio: João Arruda, Lourenço Fregonese, Algaci Túlio e Emilia Berlinati.

JUSTIFICATIVA:

O substitutivo adotado pela respeitável Comissão de Constituição e Justiça e aprovado em primeira discussão resultou não concernente à regra constitucional e ao bom-senso administrativo. Eis que, pela sistemática cuja mudança é proposta por esta emenda, o próprio Secretário de Estado da área é designado Diretor-Presidente da instituição executiva criada para executar o programa ambiental do Estado do Paraná.

Mantida àquela sistemática, o cargo de Secretário de Estado não poderia ser ocupado por Parlamentar com mandato corrente, porque a Constituição veda que Deputado ocupe cargo do qual seja demissível "ad nutum" salvo o de Secretário de Estado e este, no caso em tela, está cumulado com a função hierarquicamente subalterna de diretor-presidente do Instituto Ambiental do Paraná.

Feita a correção, é de se resguardar

também a simbologia e os cargos necessários ao provimento de funções diretivas no mesmo Instituto Ambiental, conforme a boa previsão administrativa.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 09, AO SUBSTITUTIVO

Acrescente-se ao art. 6º do Projeto de Lei nº 069/92, o inciso XXVIII, com a seguinte redação:

"XXVIII - Coordenar, monitorar e fiscalizar a destinação final dos resíduos sólidos no Paraná".

Sala das Sessões, em 04.06.92.

(a) RENATO ADUR

Apoio: Osvaldo Trevisan, Duílio Genari, Dobrandino da Silva, Toti Colaço, Eurides Moura.

O Projeto retorna às Comissões.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 113/92, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 024/92, que aprova um crédito suplementar no valor de CR\$ 8.557.000.000,00 (oito bilhões, quinhentos e cinquenta e sete milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 118/92, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 029/92, que aprova um crédito suplementar no valor de CR\$ 3.100.000.000,00 (três bilhões e cem milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 119/92, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 030/92, que aprova crédito suplementar no valor de CR\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Cultura, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 134/92, de autoria do Deputado Osvaldo Trevisan, que fica declarado de Utilidade Pública Estadual, o Sindicato Rural de Cornélio Procópio, com sede e foro na Avenida Minas Gerais, nº 890, no Município e Cidade do mesmo nome. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 135/92, de autoria do Deputado João Arruda, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pesquisa e Tratamento do Alco-

olismo, com sede e foro na Cidade de Campo Largo. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 139/92, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Instituição Beneficente Casa de São Luiz. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 142/92, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 036/92, que aprova crédito suplementar no valor de CR\$ 19.000.000.000,00 (dezenove bilhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J., C.F. e C.O. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 007/92, de autoria da Comissão Executiva, que fixa prazo para ex-Deputados, beneficiados pelas Leis nºs 6.639, de 05.12.74, modificada pela Lei nº 7771, de 13.12.83 e Lei nº 9.498, de 22.12.90, requerem a devolução das contribuições recolhidas ao FEPPA. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

Contra os votos do PT, está aprovado o Projeto.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Não só nesse Projeto, mas no anterior nº 119/92; em ambos, vota contrário a Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de nº 882-S, de autoria do Sr. Deputado Oswaldo Trevisan, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 882-M, 882-N, 882-P, de autoria do Sr. Deputado João Iensen, constantes do expediente.- **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 671, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 860, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 861, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. DOUTOR ROSINHA - (PeTa Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Adia-

Curitiba, quinta, em 04.06.92

se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 862, de autoria do Sr. Deputado Arlindo Troian, com apoio do Sr. Deputado João Arruda, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 863, de autoria do Sr. Deputado Arlindo Troian, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 882-H, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 868, de autoria dos Srs. Deputados Albino Corazza, Colombino Grassano, Mario Bezerra e demais Srs. Deputados, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 870, de autoria do Sr. Deputado João Preis, constante do expediente.- **Sessões para entrega de cidadanias só após o recesso parlamentar.**

Requerimento de nº 882-F, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 876, de autoria do Sr. Deputado Carlos Simões, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 877, 878, 879, 880-B, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 882-L, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 882-C, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 882-D, de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 882-O, de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 882-V, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 882-I, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 866, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente.- **Aprovado.** (A matéria acha-

-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n°s 882-G, 882-J, 874, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente.- **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 882-E, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 859, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente.- **Oficiar na forma do requerido.**

Requerimento de n° 859-A, de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, com apoio dos Srs. Deputados Orlando Pessuti, Duílio Genari, Oswaldo Trevisan e demais Srs. Deputados, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Esta Presidência avisa aos Srs. Deputados da realização da Sessão Solene, de amanhã, dia 5 às 15 horas para entrega do Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Sr. Dr. José Maria de Araújo Perpétuo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 08, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 006/92.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 044, 060 e 076/91, 123, 126 e 145/92 e do Projeto de Resolução n° 066/91.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANTONIO ANNIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 04 DE JUNHO DE 1992.

"BILHETE A PEDRO TIAGO"

Pedro Tiago.

Se não houvesse acontecido o 15 de novembro de 1889, deveria ser outro o tratamento deste bilhete.

Porque você seria Sua Alteza Imperial e Real, Dom Pedro Tiago de Orleans e Bragança, terceiro na ordem sucessória da Casa Reinante no Brasil.

(Não quero entrar no mérito da discussão existente entre os ramos de Vassouras e de Petrópolis dos sucessores de D. Pedro II. Se a monarquia vier a ser acolhida pelo plebiscito próximo, esta será uma questão que dará panos para mangas).

Quero falar de fatos reais, sem qualquer conotação com o outro significado (monárquico) do adjetivo.

Durante alguns dias, nós todos nos tornamos componentes de sua família.

De um certo modo, todos nos sentimos de sangue azul. E vocês, nobres, se tornaram plebeus.

Porque passamos a viver, solidária e fraternalmente, as mesmas angústias de seus familiares, de sangue e de linhagem, os augustos moradores do Palácio Grão-Paraná dantes pacífica e serena cidade que tem o nome do seu tataravô, Sua Majestade o Imperador Dom Pedro II.

O seqüestro é um crime torpe, uma façanha hedionda. Os marginais, da pior espécie que se possa imaginar, o seqüestram, meu Príncipe, meu jovem.

Faz tempo que a escalada de violência vem assustando e amedrontando nosso país e nossa gente, Pedro Tiago.

Você foi mais uma vítima dessa decadência dos sentimentos humanos. Nada pode justificar a violência de que você foi vítima. Alteza ou não, você é um menino, um garoto. Pois não se parou ante sua inocência, ante seus sonhos de garoto inteligente, bem formado, indo para a escola no momento em que facínoras se aliaram para levar sua família ao terror e o país inteiro ao pânico.

Felizmente, tudo acabou bem. Você está de volta ao convívio amoroso dos seus. Reina de novo a paz na cidade imperial, na sua casa.

Até quando? Praza aos céus que para sempre! Ficarã, porém, a marca, no espírito, na memória, na alma angustiada.

Veja, Pedro Tiago: até agora são 18 os delinquentes que foram presos, nas duas quadrilhas que se associaram para agredir-lo e a todos nós.

Isso é um sinal terrível: de que a mentalidade facinorosa está-se espalhando como erva daninha, como praga infame.

O importante, Pedro Tiago, é que você supere o trauma natural pelo que lhe aconteceu. Você precisa acreditar, e todos nós precisamos crer junto com você, que os marginais, os bandidos, são apenas torpe minoria, que são quase nada, numericamente, em comparação com os seus patrícios de todas as partes, de todas as idades, de todas as condições sociais.

Nós outros vimos crescer a nossa responsabilidade: é preciso que todos nos unamos na grande, na imensa, na inadiável tarefa de sanear este País.

E, nessa limpeza, não pode deixar de existir a repressão ao crime organizado, à punição rigorosa, inflexível, para aqueles que transgridem, de tal modo, o respeito que se deve à criança, o tributo que se deve às famílias, o respeito que se deve à

sadia convivência humana e social.

Não basta a repressão, ainda que esta não possa ser esquecida. Há que haver um trabalho preventivo, educativo. Há que haver um combate persistente à ignorância, à miséria, à droga, ao crime, nas suas origens acima até de suas conseqüências.

Estamos felizes com sua volta à sua casa, Pedro Tiago. Que Petrópolis volte a ser a cidade das flores e da amenidade. Que você possa caminhar sereno pelas ruas. Andar de bicicleta com seus colegas. Cres-

cer numa cidade bonita e num país sem ódio, sem crimes, sem infâmias.

Você escapou, graças a Deus, do seqüestro. Que as outras crianças do nosso Brasil não vivam sob o flagelo do medo de, um dia, passar por experiência amarga assim.

Queremos você sorrindo de novo. Hoje, amanhã e sempre, Alteza Imperial.

Ou, em termos mais nossos, querido jovem Pedro Tiago de Orleans e Bragança.